

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2009/2010



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA E DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS

**A REORGANIZAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS FEDERAIS
(BUNDESWEHR) DE
1989 ATÉ AOS DIAS DE HOJE**

Dennis Richard Benkel
Major de Engenharia das Forças Armadas Federais



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A reorganização das Forças Armadas Federais (Bundeswehr) de 1989 até aos dias de hoje

Dennis R. Benkel
Major de Engenharia das Forças Armadas Federais

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/2010

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Varela Curro

Lisboa – 2010



Agradecimentos

Ao meu orientador, Tenente-Coronel Varela Curro, gostaria de efectuar um agradecimento muito especial, pela sua disponibilidade e seu apoio na orientação deste meu trabalho. A leitura atenta e cuidada, as suas preciosas e oportunas correcções e sugestões fizeram com que fosse para mim um privilégio tê-lo como orientador.

Ao Director CEM-C Coronel Guerra Pereira, pela compreensão da minha situação particular e pelo apoio oportuno, ao longo de todo o curso: o meu muito obrigado.

Aos meus camaradas do CEM-C 2009/10, gostaria de agradecer pela paciência demonstrada em responderem às minhas perguntas e dúvidas. Agradeço, desde já, o vosso apoio e formulo os melhores votos para o vosso futuro.

As minhas últimas palavras vão para a minha família, em especial para a minha mulher – Kerstin – que me prestou um enorme apoio e ajuda durante os últimos 9 meses.



Índice

1. Introdução	1
2. Antecedentes Históricos	4
2.1 “A Questão da Alemanha” depois da Segunda Guerra Mundial	4
2.2. “As Forças Armadas Federais” (“Bundeswehr”)	7
2.3 “Exército Nacional Popular da RDA”	10
2.4 A queda do Muro em 1989, a Reunificação e as consequências políticas para a Alemanha	13
2.5. Síntese conclusiva	18
3. O processo de Reorganização e reforma do “Exército da Unificação” até 1999	19
3.1 A concretização do "Tratado Dois mais Quatro"	19
3.2 Soldados num Exército alemão	23
3.3 A nova estrutura das Forças Armadas Federais	25
3.4 O âmbito civil das Forças Armadas Federais e as suas missões	28
3.5 Síntese conclusiva	30
4. O processo de Transformação desde 2000	32
4.1 As bases para ocorrer a Transformação	32
4.2 A transformação das Forças Armadas	33
4.3 Responsabilidade Internacional e Gestão de Crises em tempo de Paz	34
4.4 Síntese conclusiva	35
5. Conclusões	37
Bibliografia	40



RESUMO

Este estudo tem como finalidade geral efectuar uma abordagem sobre os antecedentes e o processo político durante e após a reunificação da Alemanha, a partir de 1989.

O foco, deste trabalho, é colocado sobre a reforma e a reorganização dos dois exércitos alemães, da RDA e da RFA, e sobre que acontecimentos ocorreram com eles: antes e após a reunificação, bem como se “transformaram” no exército da Alemanha reunificada.

Também se pretendeu, com este trabalho, constatar onde estavam as dificuldades e que obstáculos intransponíveis ocorreram no processo de reforma e integração entre as Forças Armadas da RFA e o Exército Nacional do Povo da RDA.

A Bundeswehr é actualmente um dos mais modernos exércitos do mundo. Mas como se chegou a este ponto? O que ocorreu no período entre 1989 e 2010? Quais as transformações ocorridas após 2000? E será que estas transformações e reorganizações foram plenamente atingidas?

Pretende-se dar respostas a estas questões no presente trabalho.



ABSTRACT

This study is used to inform about the background and the political process during and after the reunification of Germany since 1989.

The focus is placed on the reform and reorganization of two different German Armies (Bundeswehr and National Peoples Army) and what was happened with them both, before and after the reunification? How were from two Armies, one? Where were the difficulties and where were insurmountable obstacles in the reform- and integration process between Bundeswehr and National Peoples Army?

The Bundeswehr is currently one of the most modern Army in the world. How was it? What had been done from 1989 to 2010? What is about the transformation since 2000? And are the transformation and the reorganization actually a success?

All these questions have to be answered in the following work.



PALAVRAS-CHAVE

Exército Nacional Popular

Exército da Unificação

Forças Armadas Federais

Reforma

Reunificação

Transformação

KEY WORDS

National People's Army

Army of the Reunification

Federal Armed Forces

Reform

Reunification

Transformation



Lista de abreviaturas, Siglas e Acrónimos

BMVg	Ministério da Defesa
BwKdo OST	Comando das Forças Armadas Federais Leste
CDU	Partido Democrata Cristão da Alemanha
CSCE	Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa
ENP	Exército Nacional Popular
EUA	Estados Unidos da América
EUFOR	European Union Force
FDP	Partido Democrático Livre
H	Hipótese
HVK	Forças Principais de Defesa
IFOR	Peace Implementation Force
ISAF	International Security Assistance Force
KFOR	Kosovo Force
KRK	Forças de Reacção a Crises
KSE	Desarmamento Convencional na Europa
MGO	Organização Militar Básica
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDS	Partido do Socialismo
PESD	Política Europeia de Segurança e de Defesa
Q	Questões
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal Alemã



SED	Partido Socialista Unitário
SFOR	Stabilization Force
STASI	Serviço de Segurança do Estado
SPD	Partido Socialista da Alemanha
UE	União Europeia
URSS	União Soviética
ZOS	Zona de Ocupação Soviética



1. Introdução

Com a reunificação da Alemanha em 1990, terminou simultaneamente a Guerra-fria e a divisão da Europa.

Se por um lado a Grã-Bretanha e a França exprimiam restrições muito claras, e em parte fundamentadas, sobre a reunificação – pois uma Alemanha “unida” era perigosa – os EUA tiveram uma postura diferenciada.

O apoio americano foi incondicional, para este processo, sublinhando a confiança que os EUA depositaram na maturidade da democracia alemã e do seu povo.

No dia 03 de Outubro de 1990 não só foi consumada a junção da Republica Democrática Alemã (RDA) com a Republica Federal Alemã (RFA), mas também a junção dos seus exércitos: O Exército Nacional Popular (ENP) com as Forças Armadas Federais, transformando-se estes num derignado “Exército da Unifacação”. Este facto demonstrou, claramente, que aproximando militares pertencentes a dois blocos adversários e tendo tido sucesso, a nação alemã estava apta a fazer parte, em pleno, do concerto das nações.

Esta junção de exércitos implicou profundas reformas nos recursos humanos, materiais e logísticos e, ainda, alterações legislativas que adaptassem o “novo” exército aos desafios do futuro.

Numa altura em que a grande maioria dos exércitos ocidentais conduz reformas, de modo a adaptaram-se a novas realidades, faz todo o sentido que este estudo, apresente uma grande **importância** pois poderá mostrar em que fase nos encontramos e para onde as Forças Armadas Alemãs pretendem ir.

A **justificação da escolha** deste tema deve-se ao facto de sendo eu Oficial Superior do Exército Alemão me encontrar num posição privilegiada para abordar esta temática.

Com este estudo pretendo atingir os seguintes **objectivos de investigação**: o processo de reunificação dos dois exércitos alemães, ocorrido em 1990; como decorreu esse processo até 1999; como se processou o processo de transformação de 2000 e qual o actual ponto de situação das Forças Armadas Alemãs.

No entanto, tendo em conta a amplitude do tema proposto, afigura-se como correcto efectuar uma **delimitação** deste estudo, nos seguintes aspectos:



- Ao período decorrente de 03 de Outubro de 1990 até à actualidade, em termos temporais.
- Aos aspectos mais significativos, deste período no que diz respeito á componente terrestre.

De modo a procurar operacionalizar o tema proposto, “A reorganização das Forças Armadas Federais (Bundeswehr) de 1989 até aos dias de hoje”, foi definida uma **Questão Central (QC)** a partir de qual decorrem três **Questões Derivadas (QD)**, a saber:

QC: “Será que o Exército Nacional Popular da RDA e o Exército de RFA se fundiram um “novo” Exército, o qual, fruto dessa fusão e das reestruturações operadas nos últimos anos cumpre cabalmente as missões que lhe estão atribuídas?”

QD 1: Será que existiam diferenças substanciais entre os Exércitos de RDA e de RFA?

QD 2: A fusão e o desenvolvimento do “Exército de Unificação” processou-se de modo gradual e sem incidentes que comprometem-se esse processo?

QD 3: Será que a transformação operada a partir de 2000 adaptou o Exército Alemão aos novos desafios da cena internacional?

Efectuou-se, também, o levantamento de três **Hipóteses (H1, H2, e H3)**, as quais validarão, ou não, o estudo e darão resposta às Questões Derivadas antes enunciada:

- H1: Os exércitos da RDA e da RFA apresentaram diferenças substanciais, em termos da sua organização, doutrina e endoutrinação do seu pessoal.
- H2: A fusão destes dois Exércitos processou-se de modo gradual atingindo rapidamente as metas e objectivos propostos.
- H3: O actual Exército Alemão tem atribuído um conjunto de tarefas, responsabilidades e meios que o fazem ser um parceiro conceituado na actual cena internacional.



A **metodologia utilizada** baseou-se na consulta de diplomas legais e diversificada literatura de modo a fundamentar o trabalho.

A **organização deste trabalho**, encontra-se articulada em cinco capítulos:

- Após a introdução, a qual abrange partes pré-textuais clarificadoras do estudo, segue-se o capítulo dois o qual pretende efectuar o enquadramento histórico, em termos de quais as premissas que conduziram á unificação dos dois exércitos.
- O terceiro capítulo aborda o processo de reorganização e reforma do novo exército – Exército de Unificação – até 1999.
- O quarto capítulo visualiza o processo de transformação iniciado em 2000, após o qual serão efectuadas algumas conclusões deste estudo, materializando assim o quinto e último capítulo.

Refira-se, ainda, que, no final dos 2º, 3º e 4º capítulo são efectuadas umas breves sínteses conclusivas, as quais pretendem delimitar quais foram as grandes ideias força desses capítulos.

Pretende-se, também, com estas sinopses verificar-se são validadas, ou não, as Questões Derivadas enunciadas, através da Hipóteses elaboradas.



2. Antecedentes Históricos

Para explicar o desenvolvimento das Forças Armadas Federais Alemãs depois da Reunificação de 1990, é necessário, em primeiro lugar, fazer uma retrospectiva dos acontecimentos históricos que levaram à divisão da Alemanha e à constituição dos dois Estados Alemães depois da Segunda Guerra Mundial e da “Hora Zero”¹.

Deste modo conseguiremos visualizar de onde viemos e para onde vamos e qual o património histórico do qual somos herdeiros.

2.1 A “A Questão da Alemanha” depois da Segunda Guerra Mundial

Em todo o mundo, o ano de 1945 significa um marco inolvidável. Na sua sequência, os resultados principais mais importantes da Segunda Guerra Mundial incidiram da seguinte forma:

1. A divisão do Mundo em esferas de influência das novas duas super potências, EUA e URSS, que provocaram a Guerra-Fria, que se apresentava, na óptica do Ocidente, como guerra contra a expansão do sistema comunista.
2. O colapso do sistema colonial europeu.
3. A Reconstrução e reorganização da Europa Ocidental.
4. O Apogeu e queda do comunismo europeu.
5. O Vazio de potências no Sudeste Asiático e na Ásia Oriental depois da derrota do Japão
6. A fundação de dois Estados Alemães: A RDA (Republica Democrática Alemão) e a RFA (Republica Federal Alemã).

Assim, o dia 8 de Maio de 1945 representava, na História alemã, o fim do Estado Nacional Prussiano-Alemão na forma do “Reich” alemão, tendo como consequência um

¹ Este termo, designa na Alemanha o momento da capitulação incondicional das forças armadas alemãs e consequentemente a derrota do III Reich alemão na Segunda Guerra Mundial, a 9 de Maio de 1945, às 0 horas de Verão da Europa Central, metaforicamente a "Hora Zero". Neste momento entrou em vigor a capitulação em todas as frentes. Desconhece-se ainda o aparecimento deste termo pela primeira vez. Provavelmente isso ocorreu quando se deu forma a um conceito de "Reconstrução" na época pós-guerra.



vazio de potências na Europa Central. Ele também significava o fim do sistema de Estados clássico europeu, do sistema das grandes potências no espectro do poder de equilíbrio ou hegemonia. A política mundial alemã contribuiu decisivamente para a debilitação do equilíbrio europeu na primeira metade do séc. XX e por fim para a sua destruição. Isto representou um facto relevante para a divisão da Alemanha.

Do surgimento de dois Estados alemães – a República Federal da Alemanha (RFA ²) e a República Democrática Alemã (RDA) – resultou a divisão do país. Este acontecimento foi determinado especialmente pela catástrofe política-moral e militar-material do “III Reich“. As sequelas do poder Nazi e da Segunda Guerra Mundial com aproximadamente 60 milhões de vítimas de guerra, a aniquilação de cerca de 5,5 Milhões de judeus, a expulsão de milhões de pessoas e a destruição de um Continente inteiro, representaram uma herança demasiado elevada.

Ambas as potências emergentes, EUA e União Soviética, tornaram-se através dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial em 1945, potências mundiais. O território do “Reich Alemão” tornou-se então no objecto de interesses políticos, económicos e ideológicos de ambas as potências mundiais, que depressa se sobrepuseram aos objectivos da aliança da coligação anti-Hitler. Os interesses e ideais de ordem mundial, não só se diferenciavam como também se encontravam diametralmente opostos na questão do acesso livre de pessoas, informações e opinião, bem como de mercadorias e serviços. A vontade de colaboração de ambas as Potências ficou esgotada, em meados de Dezembro de 1947, devido ao fracasso da Conferência de Londres³. Uma política comum para a Alemanha já tinha fracassado aquando da Conferência dos Ministros de Negócios Estrangeiros, em Moscovo, em Março/Abril de 1947. A Guerra-Fria obteve a sua expressão (Woyke, 1998: 325-333).

² **RFA** é uma abreviação não oficial para a (República Federal da Alemanha), utilizada em contexto científico e em especial político, análoga a “DDR”, durante a fase entre 1949 e 1990. Esta abreviação já não é utilizada em comunicados oficiais da República Federal desde o início dos anos 70.

³ Na **Conferência de Londres** dos Ministros de Negócios Estrangeiros das quatro Potências vencedoras, de 25 de Novembro até 15 de Dezembro de 1947, sobre o futuro da Alemanha, geraram divergências entre os EUA e a União Soviética. A conferência foi interrompida. Por fim, o tema debatido foi a criação de uma Instância Central alemã, a qual falhou com o veto da França e da União Soviética. A proposta dos EUA e da Grã-Bretanha em formar um governo unificado por fases para todas as zonas de ocupação e também instalar uma representação parlamentar foi rejeitada pela França. A União Soviética ligou a sua concordância com o preenchimento de duas condições: a participação num controlo sobre a região de Ruhr e a obtenção de pagamentos para a recuperação das regiões afectadas pela guerra provindos da produção corrente de toda a Alemanha.



Seja qual tivesse sido o modelo de solução para a Alemanha, depois da Segunda Guerra Mundial, não existia grande interesse comum em todas as conferências: nenhuma das Grandes Potências queria restabelecer uma Alemanha verdadeiramente independente, unida, como em 1937 e nem queriam que os alemães decidissem autonomamente sobre o ordenamento interno e externo da Alemanha.

Apesar disso, a 23 de Maio de 1949 foi fundada, nas três zonas de ocupação ocidentais, a República Federal da Alemanha. Nesse dia foi promulgada a Lei Fundamental⁴, de carácter provisório para uma constituição. Bona foi declarada a 3 de Novembro de 1949 como capital temporária.

Por outro lado, a RDA foi fundada a 7 de Outubro de 1949 na zona de ocupação soviética (ZOS) (Isaacs, 2001: 34-36).

A República Federal Alemã tornou-se um Estado soberano a 5 de Maio de 1955, após o final do período de ocupação, após já no ano de 1953 terem sido decididos pelo Governo Federal um rearmamento e uma integração política e militar no Ocidente.

Desse modo, a União Soviética respondeu no mesmo mês com a fundação do Pacto de Varsóvia, entre cujos membros se encontrava também a RDA. Por Tratado, foi então proclamada a soberania da RDA. Desse modo, passaram a existir dois Estados alemães “soberanos”. A divisão alemã e a integração de ambos os estados alemães em blocos de potências adversas foi desta forma estabelecida (Deutscher Bundestag, 2000 Hrsg.: 360-361).

A integração da Alemanha na ordem bipolar possibilitou a ambos os Estados alemães uma margem de manobra e de gestão inesperadamente rápida depois da derrota total de 1945. Consequentemente foram formados e fundados dois Exércitos diferentes.

⁴ A Lei fundamental para a República Federal da Alemanha (em linguagem corrente também chamada Lei fundamental alemã), foi promulgada em 1949, só para as zonas de ocupação ocidentais, não se tratando de uma Constituição permanente e não tendo a mesma designação de forma intencional. - Partia-se do princípio que a zona de ocupação soviética se iria aliar com as outras. A Lei Fundamental incluía no preâmbulo "(...) Solicita-se a todo o povo alemão auto determinar de forma livre a sua contribuição para a liberdade e a unificação da Alemanha", uma “cláusula da reunificação” que poderia ser cumprida através da Reunificação da Alemanha.. A Lei Fundamental tornou-se a Constituição de todo o povo alemão depois da Reunificação, a 3 de Outubro de 1990.



2.2. As Forças Armadas Federais (Bundeswehr)

O General Gerhard Graf von Schwerin⁵ tornou-se a 24 de Maio de 1950, “Conselheiro para as questões técnicas de Segurança” de Konrad Adenauer⁶, para a preparação secreta da formação das Forças Militares da Alemanha Ocidental. A 26 de Outubro de 1950, Konrad Adenauer designou Theodor Blank para as funções de “Comissário do Chanceler Federal para as questões inerentes ao aumento das forças aliadas”. Mais tarde seguiu-se o “Departamento Blank”, que se tornou no embrião do posterior Ministério Federal da Defesa.

Importante para a constituição de novas Forças de Defesa, as quais foram, a partir de 16 de Março de 1951, instruídas primeiramente na Polícia de Fronteiras Federal (paramilitar), foi a declaração de compromisso de 23 de Janeiro de 1953, para os soldados que haviam prestado serviço no Exército Hitleriano entregue pelo então General Superior das Forças Militares da OTAN, Dwight D. Eisenhower, perante o Chanceler Federal Konrad Adenauer (Schmidt, 1995: 72).

Isso possibilitou a reintegração dos antigos Quadros e Praças do Exército Hitleriano, visto nessa altura a quantidade de grupos etários pós-guerra e de oficiais ser bastante escassa. Por esta razão os primeiros soldados das Forças Federais eram também Oficiais e Sargentos que tinham servido nesse Exército. A fundação das Forças Armadas Federais e o rearmamento da República Federal a 5 de Maio de 1955 levou a discórdias de política interna consideráveis, sobretudo entre o SPD e o CDU sobre a questão, se não seria

⁵ **Gerhard Helmut Detleff Graf von Schwerin** (* 23 de Junho de 1889, em Hannover, falecido a 29 de Outubro de 1980 em Rottach-Egern, foi um Oficial alemão, ultimamente General das tropas blindadas, do Exército Hitleriano, na Segunda Guerra Mundial.

Em Maio de 1950 - cinco anos antes da fundação das Forças Armadas Federais alemãs - Graf von Schwerin foi nomeado pelo Governo de Adenauer, Conselheiro para Questões Militares e de Segurança. Adenauer comissionou-o com o projecto de uma "gendarmerie móvel federal" e também com o processamento de questões sobre a segurança das autoridades federais e estaduais. Os serviços onde Schwerin exercia a sua função era pseudónimo e designava-se “Central para o Serviço da Pátria”. Com a extinção da Central para o Serviço da Pátria no final de Outubro de 1950, Schwerin foi demitido por Adenauer, por acordo mútuo. As missões da Central para o Serviço da Pátria foram então assumidas pelo Departamento Blank.

⁶ **Konrad Hermann Joseph Adenauer** (* a 5 de Janeiro de 1876, em Colónia, faleceu a 19 de Abril de 1967 em Rhöndorf, bairro de Bad Honnef); de facto, Konrad Hermann Joseph Adenauer foi, desde 1949 até 1963 o primeiro Chanceler Federal da República Federal da Alemanha e também, desde 1951 até 1955 simultaneamente Ministro Federal para Assuntos Externos.



moralmente de responsabilizar a militarização da Alemanha após a ditadura de Hitler. A 7 de Junho de 1955 foi criada a Administração Militar, a 12 de Novembro de 1955 foram integrados os primeiros 101 voluntários (Neugebauer, 1993: 424).

O nome “Bundeswehr” (Forças Armadas Federais) foi escolhido por sugestão do Deputado Federal do FDP, Hasso von Manteuffel⁷, um antigo General do Exército Hitleriano e baseou-se numa antiga formulação do Deputado Teichert em “Debates da Assembleia Constituinte Alemã em Frankfurt am Main”, de 1848.⁸

Em termos de enquadramento legislativo refira-se que a 22 de Maio de 1956 entrou em vigor, o “*Estatuto das Forças Armadas*” (Complemento da Lei Fundamental, Art. 87 a) e a 1 de Abril, do mesmo ano, seguiu-se a “*Lei do Estatuto Legal dos Soldados*”. Por fim, a 21 de Julho, foi promulgada a “*Lei do Serviço Militar Obrigatório*”.

Para garantir uma constituição acelerada das Forças Armadas Federais, já a 30 de Maio de 1956 tinha entrado em vigor a “*2ª Lei da Polícia de Fronteiras Federa*”^l. Com esta Lei foi concedido ao Ministro Federal da Defesa o poder de organizar unidades das Forças Armadas Federais a partir de unidades no sector do voluntariado da Polícia de Fronteiras.

Os funcionários da Polícia de Fronteiras tiveram a possibilidade, no período de 1 a 30 de Junho, desse ano, de entregar uma declaração em como pretendiam permanecer na Polícia de Fronteiras. Quem não o fez, foi automaticamente transferido a partir de 1 de Julho para as Forças Armadas Federais. Aos antigos funcionários da Polícia de Fronteiras foi-lhes atribuída a próxima patente e concedida a possibilidade de uma promoção mais rápida. Quem tirou proveito desta transferência, foram sobretudo os antigos militares do Exército Hitleriano na Polícia de Fronteiras, onde exerciam funções equivalentes a uma categoria 3 vezes abaixo da que tinham direito. No entanto, nas Forças Armadas Alemãs eles foram qualificados conforme a sua última categoria militar no Exército Hitleriano (Schmidt, 1995: 98).

⁷ **Hasso Eccard von Manteuffel** (* a 14 de Janeiro de 1897, em Potsdam; faleceu a 24 de Setembro de 1978 em Reith, Áustria) foi um General alemão das tropas blindadas e político no FDP (Partido Democrático Livre, fundado em 1948).

⁸ Ver: “Debates da Assembleia Constituinte Alemã em Frankfurt am Main”, de 1848.



A formação ordenada pelo Governo Federal, em início de Novembro de 1956, de sete Divisões, ao princípio, era composta principalmente por antigos funcionários da Polícia de Fronteiras e voluntários. A partir de 1957 vieram então os militares recrutados do serviço militar obrigatório. A Polícia de Fronteiras formou a base para as 2^a, 3^a e 4^a Divisões de Granadeiros, três bandas de música e os níveis de chefia do 5º Esquadrão de Reconhecimento Blindado e também do 3º Esquadrão de Telecomunicações Blindado. Devido á escassez de uniformes das Forças Armadas Federais e de instalações, os antigos polícias de Fronteira mantiveram primeiramente o seu equipamento e fardamento e ficaram nos quartéis da Polícias de Fronteiras. Apenas tiveram de retirar o símbolo com a águia da Federação da manga esquerda (Hammerich, 2006: 256).

Em 1958, um total de cerca de 12.900 Oficiais provinham do Exército Hitleriano. Saliente-se que todos os Oficiais, com patente superior a Coronel, foram verificados pelo Conselho de Peritos de Pessoal, um Grémio de 38 personalidades da vida pública, que tinham sido nomeados pelo Presidente Federal, por sugestão do Governo Federal e aprovado pelo Parlamento Federal. À acusação de que todos os Oficiais Superiores teriam servido no Exército Hitleriano, o Chanceler Federal Adenauer respondeu, que a OTAN não lhe ia tirar nenhuns generais com 18 anos (Neugebauer, 1993: 432).

As Forças Armadas Federais não se viram, nem se vêem no actual momento, explicitamente na tradição do Exército Hitleriano, mas mantêm as suas próprias tradições como exército democrático de cidadãos adultos. Como tradição válida, também são considerados os militares e as unidades antes de 1945, contanto que eles tivessem contribuído exemplarmente para a liberdade e o Direito através das suas acções. Como regras principais da tradição são considerados antes de 1945 os reformadores prussianos do início do séc. XIX e a oposição militar contra Hitler. Estão determinadas por escrito as premissas de conservação da tradição nas Forças Armadas Federais no Decreto relativo às Tradições de 1982 (Neugebauer, 1993: 431 e 434).

Até à reunificação em 1990, as Forças Armadas Federais atravessaram diversas estruturas e reorganizações que, antes de mais, trouxeram consigo momentos decisivos profundos e alterações no Exército, Força Aérea e Marinha. Estas alterações da estrutura orientavam-se conforme as mudanças nas estratégias da OTAN. Na altura da reunificação, o Exército das Forças Armadas Federais era composto por três Corpos de



Exército, totalizando 12 divisões na chamada estrutura do Exército nº 4 (Neugebauer, 1993: 455).

A Força Aérea e a Marinha, na altura da reunificação das duas Alemanhas, foram contempladas com as reformas e reestruturações necessárias, através da introdução quer de novos sistemas de armamento quer em termos legislativos.

As Forças Armadas Federais tinham em Dezembro de 1989 um efectivo em tempo de paz de mais de 495.000 militares.

2.3 O Exército Nacional Popular da RDA (ENP).

As Forças Militares da RDA tinham a designação oficial de “Exército Nacional Popular da RDA (ENP)”.

Ele emergiu em 18 de Janeiro de 1956, após uma decisão do Parlamento da RDA⁹ para a formação de um Exército a partir das Divisões da Polícia Popular Aquartelada, existente desde 1952, e das Forças de Combate Navais e Aéreas existentes desde 1950.

O Exército Nacional Popular da RDA proveio de um Exército de voluntários e abrangia na sua fundação 120.000 soldados.

A sua Autoridade Superior de Comando era o Ministério da Defesa Nacional, encabeçado desde 18 de Novembro de 1989 pelo Almirante Theodor Hoffmann¹⁰, sucessor do General do Exército Heinz Kessler¹¹. Este Oficial General da Marinha dirigiu o Ministério até à sua dissolução e para além disso sempre apoiou a “Organização da Sucessão” do Comando das Forças Armadas Federais Leste (BwKdo OST) (Neugebauer, 1993: 462).

⁹ O Parlamento da RDA perdurou de 7 de Outubro de 1949 até 2 de Outubro de 1990.

¹⁰ **Theodor Hoffmann** (* 27 de Fevereiro de 1935, em Gustävel, Município de Wismar, foi o último Ministro da Defesa Nacional da RDA e Chefe do Exército Nacional Popular. De 18 de Novembro de 1989 até 23 de Abril de 1990 tinha a patente de Almirante, como sucessor de Heinz Kessler, Ministro da Defesa Nacional, depois foi chefe do ENP até à sua aposentadoria antecipada a 24 de Setembro de 1990, um novo Departamento instalado para ele na época de transição, sob as ordens do Ministro do Desarmamento e da Defesa, Rainer Eppelmann.

¹¹ **Heinz Keßler** (*a 26 de Janeiro de 1920 em Lauban, Silésia), foi General do Exército no ENP, Ministro da Defesa Nacional no Conselho de Ministros e deputado no Parlamento da RDA. Ele pertencia ao Comité Central do Partido Socialista Unitário Alemão, ao serviço político (Politbüro) e ao Conselho Nacional de Defesa da RDA.



O Exército Nacional Popular da RDA actuava sobre a autoridade do Comando Supremo do Pacto de Varsóvia¹². A 24 de Janeiro de 1962 foi introduzido o Serviço Militar Obrigatório Geral, contribuindo para o aumento do efectivo de pessoal do ENP até ao fim de 1972, com 131.000 homens (até 1989 com 173.000) (Neugebauer, 1993: 463).

O Partido Socialista Unitário da Alemanha (SED) obteve uma forte influência sobre o seu Exército através de estruturas na organização partidária, como por exemplo, a “Administração Política Principal”. Através de uma organização abrangente, o Partido oficial e único conseguia controlar quase cada soldado. No ENP eram os chamados “Politoficiais” os responsáveis pela tendência ideológica dos soldados (Neugebauer, 1993: 464).

Mais de 95% dos Oficiais e, mais de 50% dos Sargentos eram membros do Partido Socialista Unitário Alemão. Para progredir na carreira militar, só era possível com o Partido Socialista Unitário Alemão, e não sem ou contra ele. (Schönbohm, 1992: 42).

O objectivo era a formação de um “soldado com personalidade socialista”. Este exército era interpretado como um instrumento de poder da classe dos trabalhadores com a missão de proteger e garantir os feitos socialistas. Ao mesmo tempo, o ENP era obrigado a proteger os Estados do Pacto de Varsóvia contra as “agressões imperialistas” das potências ocidentais. Como muitos Exércitos do mundo, o ENP também lutava a favor da Paz Mundial. A missão do ENP era determinada através da chamada missão de classe do Partido Socialista Unitário (Knabe, 1994: 17).

A Constituição da RDA formulava para as Forças Militares, no seu art. 7, “a protecção da Ordem Socialista como o valor mais alto” (Verfassung DDR, 1968: 4). A educação intensiva sociopolítica, segundo o modelo marxista-leninista, tinha um quadro de inimigo muito pronunciado e fortemente diferenciado entre RFA e RDA. Nele, as Forças Armadas Federais desempenhavam o papel de “ponta-de-lança do imperialismo”, na aliança agressiva da OTAN, que se encontrava na oposição ao ENP como meio para a manutenção da paz.

¹² O **Pacto de Varsóvia**, uma designação utilizada no Ocidente, na linguagem oficial dos Estados Participantes designado por **Organização do Tratado de Varsóvia** ou **Tratado de Varsóvia**, foi um pacto de assistência mútua militar existente de 1955 a 1991, do bloco de leste sob a chefia da União Soviética.



A identidade política do Exército era fortemente dependente da propagação deste quadro de inimigo.

A estreita ligação entre o Partido e os soldados do ENP originou uma grande timidez em termos da existência de um clima de crítica aberta. Os soldados eram mantidos tão coagidos quanto possível, tendo até que estar limitados na escolha dos seus meios de informação. Como exemplo, refira-se que a leitura e apoio de um livro do partido era um pré-requisito para uma carreira no ENP. Militares em posição de responsabilidade deveriam apoiar e divulgar os conceitos marxistas-leninistas como critério de capacidade. Desse modo, as críticas ao sistema, nunca eram exteriorizadas em público, pois a estrutura de comando era muito dura. Por esse motivo, mais tarde ao compararmos os soldados do ENP com os soldados das Forças Armadas Federais, estes eram vistos como “muito disciplinados” (Schönbohm, 1992: 46).

A tradição militar russa era determinante no ENP e, com o tempo, substituiu a tradição militar tipicamente alemã. A sua característica, mais forte, era a de apresentar uma especialização pronunciada assim como a necessidade de enorme segurança e secretismo, o qual se espelhava mais claramente no Estado da RDA no trabalho da Segurança do Estado¹³ mas também influenciava o trabalho do ENP.

A publicidade e propagando para a prestação de serviço nas Forças Armadas, por parte dos alunos, era iniciada na devida altura: no 9º ano e no 10º ano de escolaridade, por exemplo, existia uma disciplina que abordava assuntos militares, sendo a mesma carácter obrigatório para todos os alunos. Existia um sistema global de educação militar que abrangia toda a área da formação iniciando-se na escola e tendo continuidade quer na formação profissional quer nos estudos superiores.

Por outro lado, a formação ou bem que era muito “vasta”, com tendência para as ciências sociais, ou extremamente “estreita” com o fito de alcançar a devida especialização (Gießman, 1992: 81).

¹³ O **Ministério para a Segurança do Estado** da RDA (abreviado **MfS**; em linguagem corrente, **Stasi**) representava o Serviço Secreto Interno e Externo da RDA e ao mesmo tempo a Autoridade de Investigação (Órgão de investigação) para “crimes políticos”



2.4 A queda do Muro em 1989, a Reunificação e as consequências políticas para a Alemanha

No Verão de 1989 começou quase imperceptivelmente um processo, que no espaço de poucas semanas ganhou uma dimensão dramática e que mudou o mapa da Europa: a derrocada da RDA.

No decorrer da liberalização na União Soviética, já antes a Polónia e a Hungria tinham aproveitado o espaço de democratização, para conduzirem reformas de política interna. Contra elas, escorava-se contudo a chefia da RDA, enquanto a decadência se agravava cada vez mais no seu próprio Estado. (Thoss, 1995: 403 – 404)

No decurso das eleições regionais da RDA em Maio de 1989, notou-se a presença de falsificações massivas dos resultados eleitorais, contra as quais geraram protestos de movimentos de cidadãos, exigindo a repetição de eleições livres.

Também os avisos do Chefe de Estado Soviético e do Partido, Michail Gorbatschow¹⁴ a Erich Honecker¹⁵, por ocasião do 40º aniversário da RDA (7.10.1989), extinguíram-se sem ressonância. A queda visível na RDA fortaleceu o clima da perda de confiança e do desespero. O seu arrebatamento encontrou a resignação por um lado, na revolta dos movimentos de oposição crescentes, por outro na fuga massiva no Verão de 1989 para as representações da República Federal da Alemanha em Berlim-Leste, Budapeste, Praga e Varsóvia. O Governo Federal conseguiu que os refugiados continuassem a sua viagem rumo à RFA (Thoss, 1995: 448).

O número de migrantes da RDA a meados dos anos 80 cifrava-se em 40.000 por ano, e em 1989 o número subiu para 343.854 pessoas (Thoss, 1995: 437).

Ao mesmo tempo, a partir de Outubro de 1989, centenas de milhares de cidadãos da RDA manifestavam o desejo de reformas e de uma renovação democrática. Elas estavam presentes como por exemplo nas “Manifestações de Segunda-feira” de Leipzig com o

¹⁴ **Michail Sergejewitsch Gorbatschow** (* a 2 de Março de 1931 em Priwolnoje na região russa de Stawropol) é um político russo e foi, de Março de 1985 até Agosto de 1991, Secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e, de Março de 1990 até Dezembro de 1991, Presidente da União Soviética. A sua política de Glasnost (literalmente: “franqueza”) e da Perestroika (literalmente: “reforma”), contribuiu para o fim da guerra-fria. Recebeu em 1990 o Prémio Nobel da Paz.

¹⁵ **Erich Honecker** 2 Erich Honnecker (* 25 de Agosto de 1912 em Neunkirchen (SAAR), faleceu a 29 de Maio de 1994 em Santiago do Chile) foi político comunista alemão. Foi durante muitos anos Secretário-Geral do Comité Central do Partido Socialista Unitário Alemão SED e Presidente do Conselho de Estado da RDA tal como Presidente do Conselho Nacional de Defesa.



lema: “Nós somos o povo!”. A este movimento popular, o regime da RDA procurou reagir com uma mudança de chefia; a 18 de Outubro de 1989, Erich Honecker perdeu todas as funções e foi substituído como Secretário-geral do Partido Socialista Unitário pelo membro do Bureau Político¹⁶ Egon Krenz¹⁷ (Kirchbach, 1992: 23).

Quando as manifestações contra o Governo da RDA atingiram o seu apogeu, no Outono de 1989, foram de facto formadas algumas células do ENP para o suporte das “Forças responsáveis pela manutenção da Ordem e pela Segurança”, mas felizmente não houve confrontos com a população. Em breve, o ENP transformou-se, na esteira das revoluções políticas.

Perante esta enorme onda de protestos da própria população, a chefia do ENP balançava entre a histeria anti-revolucionária e o discernimento de que o fim da RDA era inevitável.

Assim, as reacções dentro das unidades militares do ENP, em relação às mudanças políticas que se avultavam, variavam segundo as funções dos soldados, porém também de Unidade para Unidade. A revolução pacífica na RDA atingiu o seu apogeu dramático a 9 de Novembro de 1989: o Muro de Berlim caiu. O Partido Socialista Unitário da Alemanha (SED) teve de abolir a proibição da livre circulação existente há décadas. Na mesma noite, muitos milhares jorraram para Berlim Oeste pela fronteira. Berlim transformou-se numa única grande festa (Kirchbach 1998: 32 – 34).

No espaço de uma semana nove milhões de pessoas deixaram a Alemanha Oriental rumo ao Ocidente, sobretudo a Berlim Oeste. O povo na RDA presenciou finalmente um milagre, o cumprimento do direito à livre circulação sem armas e sem violência. As tentativas de reforma do Presidente do Estado Soviético, Michail Gorbatschow e o desmantelamento da Cortina de Ferro na Hungria tinham libertado um desejo de Liberdade, que varreu o poder aparentemente inabalável do SED dentro de poucas semanas (Schönbohm, 1992: 51, 56 – 60).

Nem as Forças Armadas Federais nem o ENP estavam preparados para uma auto-dissolução tão abrupta da RDA e do Bloco de Leste entre 1989 e 1990.

¹⁶ **Bureau Político** é a designação para o Grémio político mais alto do SED (Partido Socialista Unitário) na RDA.

¹⁷ **Egon Krenz** (* 19 de Março de 1937 em Kolberg, Pommern) é um antigo político alemão do Partido Socialista Unitário SED. Foi em 1989, durante poucas semanas Secretário-Geral do Partido Socialista Unitário SED e Presidente do Estado da RDA, como sucessor de Erich Honecker. Depois da reunificação foi levado a julgamento, condenado a seis anos e meio de privação de liberdade e em 2003 foi solto.



Nas manifestações populares na RDA, presenciava-se o entusiasmo cada vez mais profundo por uma Alemanha unida. O antigo Chanceler da República Federal Alemã, Dr. Helmut Kohl¹⁸, apresentou no Parlamento, a 28 de Novembro, um plano com dez pontos, no qual constavam passos individuais, com uma agenda indeterminada, de uma aliança contratual e de uma organização federal apontada para a Unificação da Alemanha.

Em Berlim Leste, a 7 de Dezembro, teve lugar a uma mesa redonda composta por representantes de grupos da oposição, dos partidos do Parlamento da RDA e do Governo. Até ao próximo acto eleitoral do Parlamento da RDA¹⁹, esta formou o grémio político da RDA.

O fluxo contínuo de migrantes da RDA, desde o início de 1990, as manobras políticas destinadas à manutenção do poder do SED, ora designado por Partido do Socialismo (PDS) e as disputas pela dissolução final do Serviço de Segurança do Estado (STASI), aceleraram o processo de desenvolvimento (Thoss, 1995: 450).

Após as eleições antecipadas do Parlamento da RDA, de 18 de Março de 1990 (as primeiras eleições livres para os cidadãos da RDA desde o fim da República de Weimar) foi formado um Governo de coligação pelo então líder do CDU-Leste, Lothar de Maizière, o qual era composto por uma Aliança entre Liberais e sociais-democratas, iniciando ainda em Abril de 1990 as negociações com o Governo Federal sobre um Tratado interestadual para a criação de uma união monetária, económica e social. As negociações sobre um segundo Tratado interestadual, que deveria regularizar as condições de uma união da RDA com a RFA (segundo o art. 23 da Lei Fundamental), iniciaram-se em Julho e a 31 de Agosto de 1990 foram concluídas com a assinatura do Tratado de Unificação. A Unificação foi agendada para 3 de Outubro de 1990. A rápida adesão também não foi alvo de qualquer problema na política externa, uma vez que a diplomacia alemã bem sucedida, sob a chefia do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Hans-Dietrich Genscher, contribuiu para o acordo da unificação alemã por parte de todas as potências participantes (Klein, 1999: 23 – 35).

¹⁸ **Helmut Josef Michael Kohl** (* a 3 de Abril de 1930 em Ludwigshafen am Rhein), é um político alemão do CDU. Foi Presidente do Governo Estadual de Rheinland-Pfalz de 1969 até 1976 e, de 1982 a 1998, o sexto Chanceler Federal da Alemanha. Kohl configurou o processo da reunificação alemã e contribuiu decisivamente para o processo da unificação europeia.

¹⁹ O **Parlamento da República Democrática Alemã** perdurou de 7 de Outubro de 1949 até 2 de Outubro de 1990.



A revolução pacífica na Alemanha encontrou na Europa e no Mundo uma vasta concordância. O direito dos alemães de se reunirem depois de 45 anos de separação não foi contestado por ninguém. Face ao contexto histórico, a mensagem sobre o rápido desenvolvimento da Unificação de ambos os Estados alemães causou inquietação em alguns Estados vizinhos (mas também em Israel). O facto de a República Federal da Alemanha pertencer à OTAN e à Comunidade Europeia, ao invés da RDA que pertencia ao Pacto de Varsóvia, requereu que uma unificação de ambos os Estados alemães não fosse consumada apenas pelos alemães, mas só em estreita concordância com as quatro potências vencedoras, bem como com os Estados vizinhos. Por sua vez, a União Soviética dificultava as negociações que iam ocorrendo, porque com este acordo de uma futura reunificação “iriam perder a RDA” e o baluarte ocidental do seu muro de segurança.

As chamadas “Conversações dois mais quatro” (entre ambos os dois governos alemães e as 4 Potências vencedoras de 1945), datadas em Fevereiro de 1990 na primeira conferência de cooperação da OTAN e do Pacto de Varsóvia, tal como uma reunião da CSCE (Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa) deveriam considerar o processo da unificação como tema de negociação. Por fim, o acordo da União Soviética, no que diz respeito à situação de toda a Alemanha, só foi concedido por ocasião do encontro entre o então Presidente do Estado Soviético, Michail Gorbatschow e o então Chanceler Federal, Dr. Helmut Kohl, a 16 de Julho no Cáucaso.

Dessa forma, o caminho estava livre para se proceder à conclusão das “Conversações dois-mais-quatro”²⁰ sobre o estatuto futuro da Alemanha unificada.

A 12 de Setembro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos EUA, União Soviética, Grã-Bretanha, França e ambos os Estados alemães, assinaram, em Moscovo o “Tratado sobre a regulação final com respeito à Alemanha”. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros acordaram em suspender os “Direitos das Quatro Potências” já a 3 de Outubro de 1990, ainda antes da ratificação do Tratado pelos Parlamentos. Assim, a Alemanha unificada tornou-se um estado plenamente soberano.

²⁰ O **Tratado Dois-mais-Quatro** (título oficial: Tratado sobre a Regulamentação Definitiva referente à Alemanha) é um Tratado de Estados entre a República Democrática Alemã e a República Federal da Alemanha e também entre a França, os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética. Este Tratado abriu o caminho para a Reunificação alemã, foi assinado em Moscovo a 12 de Setembro de 1990 e entrou em vigor a 15 de Março de 1991, o dia da entrega do último documento de ratificação, com uma cerimónia oficial. Marca o fim do tempo pós-guerra e representa a pedra basilar para uma era de paz na Europa.



A “nova” Alemanha unificada teve de reduzir as suas forças militares para 370.000 homens e de renunciar as armas atómicas, biológicas e químicas. Por outro lado, até à retirada das tropas soviéticas do território da antiga RDA (o mais tardar até 1994), não deviam ser colocadas lá nenhuma das unidades alemãs da OTAN (NATO-Handbuch, 1995: 21 – 29).

Com cerimónias festivas e festas de amigos, os alemães celebraram a 3 de Outubro de 1990, o Dia da Unificação Alemã. Num acto oficial na Berliner Philharmonie, o antigo Presidente Federal Richard von Weizsäcker²¹ referiu: *“Numa autonomia livre completamos a Unificação e a Liberdade da Alemanha. Nós queremos servir a paz do Mundo numa Europa unida”* (Brochüre BMVg, 2000: 7 – 8).

²¹ **Richard Karl Freiherr von Weizsäcker** (* a 15 de Abril em Estugarda) é um político alemão (CDU). De 1981 até 1984 ocupou a função de Presidente de Berlim e, de 1984 a 1994, o sexto Presidente da República Federal da Alemanha.



2.5. Síntese conclusiva

A derrota alemã, em 1945, não só contribuiu para o final da II Guerra Mundial mas também para a aparecimento de dois novos blocos e a emergência da designada “Guerra Fria”.

A divisão da Alemanha, fruto da derrota do III Reich, irá dar origem a dois países, os quais tendo uma história, cultura e língua comum passarão a estar de lados diferentes “da cortina de ferro”: A RDA agregada à OTAN e a RDA subordinada ao Pacto de Varsóvia. Estes novos estados irão ter Forças Armadas, os quais tinham estruturas, doutrinas e metodologias totalmente diferenciadas: enquanto as Forças Armadas Federais se desenvolveram como uma força militar apolítica, que moldou essencialmente “o cidadão em uniforme” as Forças Armadas da RDA apresentavam uma intensa doutrinação política em que para progredir na carreira era essencial, sobretudo, obedecer a directrizes políticas.

Apensar de tão profundas diferenças, no entanto, a grande semelhança entre estas duas Forças Armadas era o facto de abjurarem absolutamente as estruturas tradicionais Hitlerianas e do regime Nazi.

A unificação em 1990, de ambos os estados Alemães, significou a unificação de dois sistemas, com princípios completamente diferentes e a necessária fusão de Forças Armadas educadas durante muitos anos como adversários, membros de sistemas políticos opostos. Essa unificação foi feita obedecendo a um conjunto de intenções e após um vasto conjunto de reuniões e conversações e só foi possível porque, acima de tudo, os Alemães queriam uma Alemanha unida.

Deste modo e pelo anteriormente referido confirmou-se a H1 tendo sido validada a QD 1, ou seja perante a questão “*Será que existiam diferenças substanciais entre os Exércitos de RDA e de RFA?*” confirmou-se que os exércitos da RDA e da RFA apresentavam diferenças substanciais, em termos da sua organização, doutrina e endoutrinação do seu pessoal.



3. O processo de Reorganização e reforma do “Exército da Unificação” até 1999

Neste capítulo iremos abordar o processo de reorganização e reforma do novo exército, criado a partir de 1990 até ao ano de 1999, e comumente designado “Exército de Unificação”.

3.1 A concretização do "Tratado Dois mais Quatro"

No dia da Reunificação Alemã, a 3 de Outubro de 1990, o então Ministro Federal da Defesa, Dr. Gerhard Stoltenberg²², assumiu a chefia e o comando das ainda existentes forças militares da antiga RDA. Ao mesmo tempo, foi criado, em Berlim- Strausberg, um comando para as Forças Armadas Federais Leste como “Organização de Gestão Central de todas as unidades militares, Estados-Maiores e organizações no território do bloco alemão integrado por um período de transição de pelo menos seis meses” (Kohl, 2007: 188).

Já no dia 2 de Agosto o antigo Ministro do Desarmamento e da Defesa da RDA, Rainer Eppelmann²³, expressou a intenção de reduzir o ENP de 173.000 para 98.000 homens. Ele tinha aconselhado deixar "crescer juntos" com a reunificação o ENP e as Forças Armadas Federais (Ehlert, 2002: 18-19).

A 2 de Outubro de 1990, o ENP foi oficialmente dissolvido. Antes da dissolução, todos os Generais e Almirantes, comissários políticos e soldados com mais de 55 anos e todos os soldados do sexo feminino foram dispensados. Os restantes efectivos do Exército podiam optar pela entrada nas Forças Armadas Federais. Assim deram entrada, a 3 de Outubro, cerca de 90.000 soldados e 47.000 trabalhadores civis em 1.500 unidades militares, divididos em 2.000 instalações militares, sob o comando e a Chefia do Ministro

²² **Gerhard Stoltenberg** (* 29 de Setembro de 1928 em Kiel; Falecido a 23 de Novembro de 2001 em Bonn-Bad Godesberg) foi um político alemão (CDU). Ele foi Ministro Federal da Investigação Científica de 1965 até 1969, de 1971 a 1982 Ministro-Presidente do Estado Schleswig-Holstein, de 1982 a 1989 Ministro Federal das Finanças e de 1989 a 1992 Ministro Federal da Defesa.

²³ **Rainer Eppelmann** (*12 de Fevereiro de 1943 em Berlim), é um Pastor Evangélico alemão, anteriormente político do CDU e Ministro do Desarmamento e Defesa no último Governo da RDA. Era conhecido como oposicionista na RDA.



Federal da Defesa. As bandeiras de serviço da RDA foram substituídas pelas federais, os uniformes do ENP trocados pelos das Forças Armadas Federais. Com a reunificação, os novos Estados Federais foram englobados na área do Tratado da OTAN. Segundo o acordo celebrado entre o então Chanceler Federal Dr. Helmut Kohl e o Presidente do Estado Soviético Michail Gorbatschow e os termos estabelecidos no "Tratado Dois mais Quatro", as unidades militares nos cinco Estados Federais, contudo, até à retirada do Grupo Ocidental das Forças Armadas da antiga União Soviética da Alemanha, não ficariam sobre o comando da Nato, ficando até então sob comando nacional.

Segundo o "Tratado Dois mais Quatro", as Forças Armadas Federais tinham de ser reduzidas para 370.000 homens até 31 de Dezembro de 1994 e por isso, ser reorganizadas alvo de uma reorganização profunda e rápida (Bredow, 2001: 38-49).

Para além disso, o Governo Federal acordou com a redução do material das suas forças armadas através do Tratado de Viena celebrado nos finais de 1990, sobre o desarmamento convencional na Europa (KSE). Para o Exército, isso significava a seguinte redução: blindados, de 7.283 para 4.166 (=41%), Blindados de Defesa, de 9.322 para 3.466 (=61%), Artilharia, de 4.690 para 2.705 (=42%), Aviões de combate, de 1.204 para 900, Helicópteros, de 417 para 306 (Broschüre BMVg, 2000: 10).

Por razões de ponderação nacional, estes números são em parte substancialmente inferiores aos supra citados (vide também o capítulo 3.3).

Quão extraordinário foi o serviço cumprido da redução das forças armadas, torna-se evidente, se bem pensarmos, que as Forças Armadas Federais a 3 de Outubro de 1990, através da integração dos soldados e trabalhadores civis, pessoal e material do ENP, se tinham tornado mais fortes do que alguma vez o haviam sido. No dia da Unificação, as Forças Armadas Federais tinham entre antigos e novos Estados Federais 585.000 soldados e 215.000 trabalhadores civis. As quantidades incontáveis de todo o tipo de material de guerra do antigo ENV continuaram a ser utilizadas. Adicionalmente a estas quantidades acresceram mais de 70.000 veículos e reboques tal como inúmeras quantidades de equipamentos de construção, máquinas de construção, aparelhos electrónicos, peças de substituição, peças de equipamento, roupas e material sanitário. Desta forma, o pessoal e o material tiveram de sofrer uma redução. Esta redução abrangeu uma grande parte do armamento e do equipamento possuída pela ENP. O número de soldados do antigo ENP sofreu uma redução de cerca de 24.000, cifrando-se o



total em 69.000 até fins de 1990. Até Junho de 1991, o importante era continuar a dissolver as tropas desnecessárias do antigo ENP e continuar a mobilizar novas tropas para o Leste. Este deveria ser o pré-requisito a atingir para uma nova estrutura das Forças Armadas Federais (Kirchbach, 1992).

Os alojamentos e as instalações tinham de ser melhorados, com especial enfoque, para as cozinhas e instalações sanitárias. Os alojamentos desnecessários foram oferecidos para utilização civil. Armas e aparelhos inúteis para as Forças Armadas Federais, foram levados para armazéns centrais. O abate e o aproveitamento de material obsoleto à luz da lei relativa ao controlo de armas de guerra, como veículos blindados de combate, armas de artilharia, aviões de combate, etc., e ainda outras armas e munições puderam ser concluídos em 1995.

O responsável por todo este processo foi o Comando das Forças Armadas Federais Leste (BwKdo Ost). Este Comando foi formado em Strausberg, na região de Berlim, a 30 de Agosto de 1990.

O Tenente-General Jörg Schönbohm²⁴ tornou-se Comandante deste novo Comando das Forças Armadas Federais. O comando tinha de exercer as suas funções como órgão central de gestão de todas as unidades militares, Estados-Maiores e organizações no território do bloco alemão integrado por um período de transição de pelo menos seis meses e de realizar a dissolução do ENP (Ehlert, 2002: 205).

No primeiro trimestre de 1991 foram extintas no total 139 unidades e serviços do antigo ENP; ao mesmo tempo foram fundadas 39 novas unidades. Através de uma comunicação militar, a 1 de Julho de 1991, o Ministro Federal da Defesa deu por finda a missão do BwKdo Ost. O Comandante-em-chefe do Comando, Tenente-General Jörg Schönbohm, referiu depois da realização da sua missão o seguinte:

"Foi muito discutido se soldados de um antigo Estado comunista, tido como injusto, podem ser soldados nas Forças Armadas Federais, um Exército obrigatório de um dos nossos Estados de Direito. Eu digo hoje sem margem para enganos: Também os

²⁴ **Jörg Schönbohm** (*2. Setembro de 1937 em Neu Golm) é um político alemão (CDU) e Tenente-General aposentado do Exército das Forças Armadas Federais. Ele foi desde 1991 a 1992 Inspector do Exército. Após a sua aposentação em 1992, foi Secretário de Estado para a Política de Segurança, para o Planeamento das Forças Armadas e Armamento no Ministério Federal da Defesa até 1996 e por fim, de 1996 a 1998 foi Senador para Assuntos Internos em Berlim. De 1999 até 2009 foi Ministro do Interior do Estado de Brandemburgo.



soldados do antigo ENP compreendem as diferenças de princípios e de base e estão prontos a servir a nossa Alemanha reunificada – desde 3 de Outubro que eles deram início a este processo e vão demonstrá-lo no futuro". Na sua Ordem do Dia, ele informa que tudo depende de "concluir o Processo de Unificação nas Forças Armadas Federais já iniciado, o qual deverá veicular às verdadeiras forças militares de toda a Alemanha". Stoltenberg sublinhou que o BwKdo Ost "não só preencheu exemplarmente uma missão militar, mas também contribuiu de forma notável para o crescimento conjunto da Alemanha unificada (Schönbohm, 1992: 28, 34-36).

No final de 1992, a quantidade de material do antigo ENP foi reunido e a maior parte desse depósito foi entregue ao Serviço de Depósitos de Material "Material-Depot-Service-Gesellschaft" civil. A chamada "Estrutura do Exército 5" serviu como base para a constituição do Exército nos Estados-Membros. Para a formação de novas unidades do Exército, foi recrutado pessoal, utilizado material e infra-estruturas do antigo ENP. Como base para o Comando do Exército Leste serviu o "Comando do Exército Militar" do antigo ENP em Potsdam, cujas unidades militares da ENP lhe estavam directamente subordinadas (Erbe, 1998).

Para além das funções específicas do Exército, o Corpo e Comando Territorial Leste assumia igualmente funções de chefia em assuntos territoriais para as unidades da Força Aérea e da Marinha nos novos Estados federais. Os Comandos da área militar resultaram das antigas regiões militares da RDA. O Comando do Exército Leste assumiu gradualmente as missões do BwKdo Ost e a 16 de Abril de 1991 tornou-se Corpo e Comando Territorial. O seu General e Comandante-em-chefe passou a ser o Major General Werner von Scheven²⁵, anteriormente Vice-Comandante do Comando das Forças Armadas Federais Leste, sendo então o Chefe da mais alta autoridade de Comando do Exército nos novos Estados Federais e responsável pela formação da

²⁵ **Werner von Scheven** (* 26 de Janeiro de 1937 em Aumühle/Friedrichsruh) é um Tenente General aposentado do Exército das Forças Armadas Federais e de momento Vice-Presidente do dept. técnico do ADAC. Depois da queda do muro de Berlim e na sequência da mudança, Scheven foi transferido para Potsdam e serviu aí desde Outubro de 1990 como Vice-Comandante do Comando das Forças Armadas Federais Leste (BwKdo Ost), o qual foi criado para a incorporação de unidades do ENP, sob o comando do Tenente General Jörg Schönbohm. A 16 de Abril de 1991, Scheven assumiu a função de Comandante General do Corpo/Comando Territorial Leste, vindo do BwKdo Ost, que após o seu período de serviço em 1995 por sua vez foi reorganizado em Corpo IV durante esta sua função, Scheven foi promovido a Tenente General a 1 de Julho de 1991. A 30 de Setembro de 1994, passou o Comando ao Tenente General Joachim Spiering e aposentou-se.



"Estrutura de Transição Leste". Para além disso, o seu Corpo deveria ter na generalidade uma "Função Piloto" em geral para o novo a Exército a reformar.

Adicionalmente à formação da estrutura de Chefia militar, o processo de formação de tropas desenvolvia-se de forma rápida. Assim, no final de 1994, já estavam estacionados cerca de 58.000 soldados do Exército, Força Aérea e Marinha nos novos Estados Federais. Paralelamente, foram criados nos anos de 1991/92 equipamentos logísticos, de serviços sanitários e técnicos de telecomunicações, bem como inúmeros pequenos postos. O Corpo dos Comandos Territoriais Leste foi por sua vez reorganizado a 1 de Janeiro de 1955 na sequência das alterações ligadas à estruturação do Exército 5, doravante designado IV Corpo, sediada em Potsdam de Brandenburgo (Broschüre BMVg, 2000: 10-13).

3.2 Soldados num Exército alemão

Aos 2.000 Oficiais e Sargentos dos Estados federais ocidentais foram-lhes incumbidas tarefas difíceis de serem avaliadas e especificadas com precisão.

Os Oficiais pouco tempo tinham para se preparar para a missão que lhes foi atribuída, em Outubro de 1990, que consistia em pôr em prática as ordens do Ministro de Defesa Federal nas unidades militares dissolvidas do ENP, eliminar o material e iniciar a criação das Forças Armadas Federais no "Leste".

Dado não existirem planos previamente elaborados, para o caso da reunificação de ambos os Estados alemães, muito teve que ser improvisado, por não haver nenhuma regra aplicável através de uma simples "mudança" do Oeste para o Leste. Havia, neste caso, medidas de excepção, transitórias e de emergência tal como decisões rápidas e não burocráticas a tomar.

Para além disso a situação requereu uma chefia dura e consequente por um lado e uma delegação de responsabilidades, intuição e tacto por outro.

Do lado oposto, os membros do antigo ENP viam-se sujeitos a uma imensa pressão psicológica e social: ter que passar a usar o uniforme do antigo "inimigo de classe", propagado pelo Estado, para muitos soldados do ENP e famílias afectadas, provocava sentimentos contraditórios extremos, embora o Comandante-em-Chefe do Comando das



Forças Armadas Federais Leste, Tenente General Jörg Schönbohm, tivesse transmitido o espírito do Comando através de Oficiais das Forças Armadas Federais da seguinte forma:

"Não vimos como vencedores, mas sim como Alemães para Alemães" (Schönbohm, 1992: 17 e seguintes).

Foi solicitado aos soldados dos novos e antigos Estados Federais, que pusessem em prática a "Unificação Interna" da Alemanha na área militar. Naturalmente isso não decorreu sem entraves iniciais. Os soldados de carreira e os soldados voluntários das "antigas" Forças Armadas Federais e os Oficiais e Sargentos vindos do ENP encontraram-se ao princípio com algum cepticismo. A integração de recrutados do serviço militar obrigatório dos novos Estados em guarnições militares nos antigos Estados Federais foi muitas vezes interpretada como um acto duro e desnecessário.

Já desde Janeiro de 1991 que a maior parte dos soldados do serviço militar obrigatório dos novos Estados Federais haviam cumprido os seus três meses de recruta em unidades ocidentais, visto a parte oriental ainda não possuir as condições necessárias para tal. Posteriormente foram transferidos para perto de casa. Isso significava também um desafio às capacidades de chefia por parte de todos os superiores de Leste e Oeste, e para os antigos efectivos do ENP que se encontravam no período de formação, representava um incentivo para continuar a formação.

A solução de problemas em conjunto funcionava nesse caso de forma integrante. Além disso, o crescimento conjunto da juventude das duas partes da Alemanha foi positivamente influenciado.

A caminho do "Exército da Unificação", as Forças Armadas Federais tinham recebido cerca de 6.000 Oficiais e 11.200 Sargentos do antigo ENP como soldados voluntários por um período de dois anos, após a sua candidatura. Após o período de 2 anos, as Forças Armadas Federais integraram, mediante requerimento, 3.000 Oficiais e 7.600 sargentos do antigo ENP como militares de carreira, tendo esses primeiro de absolver processos de selecção para poder continuar o seu serviço. A 2 de Outubro de 1992, o antigo Ministro da Defesa Volker Ruhe nomeou em Leipzig os primeiros 20 antigos soldados do ENP como Militares de carreira das Forças Armadas Federais. (Farwick, 1992: 81 e seguintes).

A quantidade de pedidos e as consequentes transferências nas Forças Armadas Federais, é a constante da seguinte tabela:



	Disponível a 3.10.1990	Requerimentos para soldado voluntário 2 anos	Transferência como soldado voluntário 2 anos	Transferência como militar de carreira ou voluntário
Oficiais	24230	11700	6000	3050
Sargentos	24749	12300	11200	7550
Praças	1049	1000	800	200

No final de 1998 só cerca de 9300 soldados das Forças Armadas Federais do antigo ENP estavam ao serviço (Suporte: www.bundeswehr.de: Incorporação do ENP).

3.3 A nova estrutura das Forças Armadas Federais

A 8 de Julho de 1994, o Gabinete Federal emitiu as "Directrizes Conceptuais para o Planeamento das Forças Armadas Federais". Dessas directrizes constavam a redução das Forças da Paz a 335.000 soldados activos e 3.000 campos de treino; 200.000 soldados de carreira e voluntários, dos quais 38.000 Oficiais, 122.000 Sargentos e 40.000 praças como voluntários e 135.000 de serviço militar obrigatório. Além disso foram destacados 50.000 soldados como Forças de Reacção a Crises (15% das forças militares); orçamento de Defesa a médio prazo: 47,5 mil milhões²⁶ + 0,4 mil milhões de DM para reforço de pessoal; serviço básico de dez meses e mais dois meses como reservistas, ou seja, serviço voluntário de doze meses de serviço básico nas Forças de Reacção a Crises. Assim se realizou mais uma redução geral, ainda antes de atingir a dimensão-alvo do "Tratado Dois mais Quatro" com 370.000 homens. (BMVg Konzeptionelle Leitlinien zur Bundeswehrplanung, 1994: 3-6).

Este planeamento das Forças Armadas Federais tornou-se viável, dado ter havido no decorrer das alterações políticas na Europa desde 1989 uma massiva redução, e uma vasta reestruturação de forças militares dentro e fora da OTAN.

²⁶ O Marco alemão (**DM**) foi de 1948 até 2001 a moeda da República Federal da Alemanha. (1 EUR = 1,95583 DM / 1 DM = 0,51129 EUR).



Além disso, o antigo Grupo Ocidental das Forças Militares Soviéticas abandonou os seus quartéis nos novos Estados Federais, até fim de Agosto de 1994, enquanto que as unidades da OTAN desistiram de muitas das suas guarnições (Naumann, 1994: 78).

Isto constituía também uma componente do "Tratado Dois mais Quatro". Também nesse contexto se mostravam as alterações, que acompanhavam a reunificação alemã. Mais evidentes foram as ocorridas em Berlim, antiga e actual capital da Alemanha. A antiga capital do Reich foi conquistada no final da guerra em 1945 pelo Exército Soviético e conforme as decisões dos Aliados foi dividida em quatro sectores: russo, americano, britânico e francês (Estatuto das Quatro Potências). O Conselho de Controlo Aliado assumiu então a administração comum e o controlo da cidade, cuja capacidade de funções foi paralisada com o começo da "Guerra-fria". No Dia da Unificação Alemã em 1990, o Estatuto das Quatro Potências de Berlim deixou de ser válido. Os Comandantes das antigas quatro potências vencedoras entregaram as suas funções ao Comandante alemão de Berlim. Obviamente, isso não influenciou as relações de amizade desenvolvidas entre as Forças Armadas Federais e os seus parceiros na OTAN, americanos, britânicos e também franceses. Também com as tropas russas se vieram a desenvolver seguidamente bons contactos informais. Por fim os acordos do "Tratado Dois mais Quatro" regularam a saída de todas as forças estrangeiras de Berlim. A 31 de Agosto de 1994, o Comandante-em-Chefe do Grupo Ocidental das tropas russas, Coronel-General Matwej Burlakow, apresentou as forças militares russas ao Presidente russo Boris Jelzin. Ele próprio abandonou o solo alemão como último soldado russo. Uma semana depois, a 8 de Setembro de 1994, as três potências defensoras EUA, Grã-Bretanha e França, saíram da nova capital, Berlim, com uma grande parada militar²⁷ realizado em frente da Brandenburger Tor (Heydrich, 1996: 12 -23).

As Forças Armadas Federais tinham que preencher rapidamente dois requisitos essenciais. Tinham de, por um lado, ser capazes de proteger a Alemanha e os seus aliados no caso de um ataque e, por outro, tinham de estar preparados para enfrentar, em curto espaço de tempo, juntamente com os aliados e parceiros, as crises e conflitos

²⁷ Esta parada militar foi designada como “O Grande Tatoo” (festival de despedida) é parte da tradição militar mantida nas Forças Armadas Federais e é hoje celebrado especialmente para homenagear diversas personalidades.

A sua forma actual provém do grande Tatoo celebrado a 12 de Maio de 1838 em Berlim, para render homenagem ao Czar russo Nicolau I.



internacionais. Neste contexto, a disponibilidade para o combate e o equipamento das Forças Armadas Federais foram adequados conforme a situação: O pessoal e o material foram reduzidos, tendo ao mesmo tempo havido lugar uma reestruturação orientada para as missões das Forças Armadas Federais. Esta reestruturação das forças militares levou em conta parte das missões alteradas das Forças Armadas Federais. O "Exército da Unificação" tinha de ser colocado a postos, para defender as suas obrigações perante as Nações Unidas, os parceiros no Pacto do Atlântico Norte (OTAN), a Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e para com a União Europeia, respectivamente a União da Europa Ocidental.

Na fase de reestruturação das forças militares foi também decidido, pelo Tribunal Constitucional Federal em 12 de Julho de 1994, ser legítimo o posicionamento estratégico de tropas das Forças Armadas Federais, para medidas de manutenção de paz, para além das fronteiras alemãs e das fronteiras comunitárias, desde que cada situação fosse aprovada por uma maioria no Parlamento. Seguiu-se depois a divisão das Forças Armadas Federais em Forças Principais de Defesa (HVK), Forças de Reacção a Crises (KRK) e numa Organização Militar Básica (MGO) (Rühe, 1995: 87-99).

A missão ampliada das Forças Armadas Federais era a seguinte: As Forças Armadas Federais competiam:

- Proteger a Alemanha e os seus cidadãos contra intimidações e perigo exterior,
- Promover a estabilidade militar e a integração na Europa,
- Proteger a Alemanha e os seus aliados,
- Servir a paz mundial e a segurança internacional em sintonia com a Carta das Nações Unidas,
- Ajudar em catástrofes, salvam em situações de emergência e apoiam acções humanitárias.

De ano para ano, a reacção a Crises e a Conflitos começou cada vez mais a ser a tarefa mais solicitada as Forças Armadas Federais.

No entanto, a Defesa do País e da União continuou a ser a missão primordial. Notoriamente, isto foi traduzido com a cerimónia militar a 3 de Fevereiro de 1995. Numa cerimónia militar o IV Corpo foi subordinado à OTAN em Potsdam. Juntamente com o IV Corpo foram englobadas na Aliança Norte Atlântica outras unidades das Forças



Armadas Federais dos novos Estados. Desde a passagem do ano de 1994/95, que para além deste Corpo, também faziam parte do inventário da OTAN um esquadrão de combate, uma esquadra de mísseis antiaéreos e duas unidades de controlo aéreo por radar da Força Aérea, tal como uma esquadra de navios rápidos da Marinha. A Defesa Aérea integrada na OTAN expandiu-se por toda a Alemanha (Broschüre BMVg, 2000: 21-22).

3.4 O âmbito civil das Forças Armadas Federais e as suas missões

As Forças Armadas Federais foram segundo a Constituição, subdivididas por um lado pelas forças militares, como instrumento da defesa militar (Art. 87a, alínea 1 da Constituição), por outro pela Administração civil das Forças Armadas Federais independente das forças militares. (Art. 87b, alínea 1 da Constituição). Adicionalmente, passou a existir um serviço de assistência psicológica militar e a administração da Justiça. A Administração Militar cobre as necessidades de material das forças militares, é responsável pela infra-estrutura, protecção do ambiente e também pela segurança no trabalho nas Forças Armadas Federais.

Tal como as forças armadas, também a Administração das Forças Armadas Federais está subordinada ao Ministro Federal da Defesa. Após a reunificação, em 1990, "O departamento externo do Ministério Federal da Defesa" em Strausberg, Berlim, assumiu a formação da administração militar nos novos Estados Federais. Em Strausberg foi formada a Administração da VII Região Militar para toda a área dos cinco novos Estados, incluindo Berlim, com a utilização da infra-estrutura do antigo Ministério aí existente para o Desarmamento e Defesa. Uma vez que no ENP não havia nenhuma administração civil comparável, isto significava a criação de uma nova organização com múltiplas tarefas, como já existia nos Estados Federais Ocidentais.

Dos trabalhadores civis vindos do antigo ENP, em 1990, estavam empregados na Administração das Forças Armadas Federais até 2001 cerca de 20.400 – 2600 eram funcionários públicos, 7400 empregados e 10.000 trabalhadores.

O sector de armamento BMVg assumiu o Serviço de Logística do ENP em Berlim, tendo este cerca de 400 funcionários como departamento externo do Serviço Federal para a Tecnologia Militar e Logística. A missão emergente era, neste caso, dar seguimento aos



contratos de fornecimento cancelados ainda pelo então Ministro Eppelmann da ex-ENP. Este departamento externo do Serviço Federal para a Tecnologia Militar e Logística também deveria apoiar as forças militares e o seu serviço de administração na Alemanha oriental na logística descentralizada. A utilização de infra-estruturas existentes regulava-se segundo os seguintes critérios: quais as instalações militares que deveriam ser mantidas (também no ponto de vista da obrigação de reduções relacionadas com o Tratado KSE), o seu estado de conservação e as necessidades de saneamento - se os regulamentos de protecção do ambiente preenchiam os requisitos exigidos pela lei e quais eram as possibilidades disponíveis de formação e treino. Mesmo que a infra-estrutura a utilizar tivesse de ser transformada conforme o “standard” na Alemanha Ocidental, os campos de treino das tropas e a maior parte das instalações de formação encontravam-se em bom estado de conservação. Noutras instalações de aquartelamento, desde que os custos de novas instalações não ultrapassassem o orçamento, havia medidas de saneamento a implementar. Das cerca de 2.300 instalações militares de todo o género, aproximadamente 400 podiam ser utilizadas permanentemente pelas Forças Armadas Federais.

O equipamento do antigo ENP incluía material de guerra que em certa parte ainda poderia continuar a ser utilizado. Para assumir a utilização deste material, era necessário cumprir certos critérios como a segurança operacional, necessidades, conservação no que toca ao sector técnico, fornecimento de peças de substituição, sector económico, etc. O controle foi efectuado pelos serviços das forças militares, e também por especialistas do departamento externo do Serviço Federal para a Tecnologia Militar e Logística, sem o qual o controle de segurança e das suas funções, nenhum aparelho do ENP poderia ser utilizado nas Forças Armadas Federais. As Forças Armadas Federais participaram no "Programa integral do Governo Federal com o objectivo de alcançar a igualdade para todos na Alemanha". Foram assim investidos anualmente cerca de mil milhões de DM na infra-estrutura dos novos Estados Federais. Aqui estão contemplados, entre outros, a construção da Escola de Oficiais do Exército em DRESDEN, da Escola Técnica da Marinha em PAROW, de Hospitais militares em BERLIM e LEIPZIG, do Centro de Treino de Combate no Campo Militar de ALTMARK e do Aeródromo em LAAGE. Estes investimentos tiveram um significado considerável para a economia, porque as encomendas foram em grande parte adjudicadas a médias empresas das regiões



respectivas. Muito mais de metade de todos os projectos de construção foram implementados em regiões com fracas estruturas. Para facilitar as dificuldades de arranque às empresas dos novos Estados Federais e abrir o acesso aos mercados no Oeste, o Governo Federal tinha derogado regras de excepção na consignação de encomendas públicas e também directrizes para privilegiar pequenas e médias empresas de sub-empregados, comércio e indústria. Estas concederam às firmas dos novos Estados Federais uma participação privilegiada na concorrência e também sob determinadas condições a preços mais elevados. Paralelamente às forças militares, a administração militar também foi racionalizada no âmbito organizacional e estrutural desde 1991. Ela está subdividida na Administração Militar Territorial e na Divisão Principal de Armamento do BMVg. A Administração Militar Territorial foi notavelmente reforçada com a transferência de funções do Ministério para o Serviço Federal de Administração Militar e para as sete administrações das áreas militares (Broschüre BMVg, 2000: 17-18).

3.5 Síntese conclusiva

O processo de reorganização e reforma do “novo” exército alemão iniciou-se imediatamente à reunificação das duas Alemanhas, operado em 1990.

Materializa essa situação o facto de logo nessa data o Ministro Federal de Defesa (RFA) assumir a chefia e o comando das forças militares da antiga RDA.

A dissolução do ENP implicou a saída da vida militar a muitos militares, mas, por outro lado, possibilitou o ingresso de muitos outros nas Forças Armadas Federais.

Se por um lado o “Tratado dois mais quatro” implicou para a “nova” Alemanha obrigações e uma calendarização de procedimentos e objectivos, para os governantes alemães a fusão destas duas forças militares – tão diferentes até então – criou a necessidade de profundas reformas, em varias áreas, as quais possibilitaram que as Forças Armadas Alemãs durante a década de 90 estivessem em condições de participar em missões de cariz internacional. Mas não só estavam capacitadas para isso como atingiram essa situação com uma fusão dos antigos exércitos gradual, cordata e sem incidentes que comprometem-se todo esse processo.



Deste modo confirmou-se a H2 tendo-se validado a QD 2 ou seja perante a questão *“A fusão e o desenvolvimento do “Exército de Unificação” processou-se de modo gradual e sem incidentes que comprometem-se esse processo?”* confirmou-se que a fusão destes dois Exércitos processou-se de modo gradual atingindo rapidamente as metas e objectivos propostos.



4. O processo de Transformação desde 2000

Após ter sido efectuado o enquadramento histórico actual, quer da nação Alemã quer do ser actual exército constatámos como se desenrolou a fusão do exército da RDA com as Forças Armadas Federais.

Importa agora visualizar o processo de transformação iniciado em 2000, naquilo que foram as suas principais linhas de acção.

4.1 As bases para ocorrer a Transformação

A transformação das Forças Armadas Federais tornou-se necessária, uma vez que no final dos anos 90 era opinião geral que a estrutura e o equipamento das Forças Armadas Federais já não eram suficientes para os novos desafios, devido à capacidade operacional limitada das Forças militares nos Balcãs e às experiências no conflito do Kosovo. Foi consagrada uma atenção muito especial à entrevista com o antigo Inspector do Exército no Jornal “Süddeutsche Zeitung”, Tenente General Willmann²⁸, na qual ele indicou que o Exército alemão com 7.300 soldados na Bósnia e no Kosovo tinha atingido os limites da sua capacidade de serviço. Este número correspondia exactamente a 3% de toda a capacidade do Exército de 234.000 homens²⁹.

As prescrições relevantes e as condições para a transformação das Forças Armadas Federais, tal como a sua organização, são fornecidas pelo Livro Branco no capítulo 3. Partindo das ordens e das missões das Forças Armadas Federais assim como das prescrições constitucionais, estão definidos, entre outros, princípios a “*Chefia Interna*” e “*o serviço militar obrigatório geral, bem como a necessidade de uma instalação financeira*”. Definições e condições como por exemplo o planeamento e a política de armamento, têm influência sobre o processo de transformação.

²⁸ **Helmut Willmann** (* 10 de Março de 1940 em Konstanz) é um Tenente General aposentado do Exército das Forças Armadas Federais.

Por fim exerceu a função de Inspector do Exército de 1996 até 2001.

²⁹ Além do facto de que o pessoal do Exército era constituído por quase 48% de recrutados de serviço obrigatório, dos quais só uma pequena parte estava sob prolongamento do período de serviço para operações fora de territórios federais, era a falta de soldados de apoio, o responsável pela situação (Logística, Sapadores, polícia militar e Serviços Sanitários).



Estes factores não só emolduram, como também limitam as possibilidades de organização do processo de transformação.

4.2 A transformação das Forças Armadas

Partiu-se do pressuposto inicial que a transformação a operar, nas Forças Armadas Alemãs, deveria produzir uma alteração significativa, no produto operacional da força militar.

Essas alterações a introduzir, mais do que efectuarem uma adaptação a novas realidades e desafios, deveriam renunciar a um planeamento estático de forças militares. Pretendeu-se, desse modo, introduzir procedimentos específicos inovadores.

De modo a operacionalizar uma organização eficiente das Forças Armadas Federais procedeu-se a uma categorização dos soldados, em três estratos diferentes:

- Forças de Intervenção Rápida,
- Forças de Estabilização,
- Forças de apoio.

As operações a conduzir por estas forças orienta-se estritamente pelo espectro de missões e pelas capacidades, em número de seis:

- Capacidade de chefia,
- Capacidade de informações e reconhecimento,
- Capacidade mobilidade,
- Capacidade de eficácia operacional,
- Capacidade de apoio e capacidade de resistência e
- Capacidade de sobrevivência e de defesa.

Estas capacidades deverão contribuir gradualmente para a criação de uma chefia operacional em rede, com a qual deverão ser garantidas a chefia e a colocação de forças militares a todos os níveis de gestão no domínio do intercâmbio de informações e de comunicação e inter operacional (Führungsakademie, 2009: 200-217).



A transformação abarca todas as dimensões das forças de combate e a sua administração e tem influência sobre as capacidades, alcance, aquartelamento, pessoal, material, equipamento e formação.

O objectivo prioritário da transformação é melhorar permanentemente a capacidade operacional das Forças Armadas Federais.

4.3 Responsabilidade Internacional e Gestão de Crises em tempo de Paz

Após a reunificação, a Alemanha assumiu mais responsabilidade no seio da comunidade internacional no que diz respeito a missões militares de cariz internacional. Como exemplos podemos enumerar os seguintes: os draga-minas alemães eliminaram minas durante a Guerra do Golfo, no Golfo Pérsico; o Pessoal Sanitário das Forças Armadas Federais foi-lhes entregue um hospital militar no Camboja em 1992/93, que prestou cuidados médicos a um contingente das ONU e à população; helicópteros das Forças Armadas Federais transportaram de 1991 a 1996 inspectores da ONU responsáveis pelo desarmamento para as suas missões de controlo no Iraque; contratorpedeiros alemães, fragatas e aviões de reconhecimento da Marinha participaram de 1992 a 1996 na vigilância do embargo comercial e de armas, que haviam sido impostos contra a antiga Jugoslávia; soldados da Força Aérea trabalharam conjuntamente com os seus camaradas da OTAN, de 1993 a 1995 nos AWACS - aviões de reconhecimento ao serviço da OTAN, que vigiavam a proibição de voo sobre o espaço aéreo da antiga Jugoslávia; a Força Aérea transportou de 1992 a 1996, em quase 2.000 voos, 13.000 toneladas de bens para a ajuda humanitária na Bósnia e Herzegovina; cerca de 1.800 soldados das Forças Armadas Federais estiveram estacionados desde 1992 até 1994 na Somália, para lá apoiarem logisticamente as tropas das NU. Mas muitos mais exemplos poderiam ser enunciados...

Contudo, só desde a sentença proferida pelo Tribunal Federal em 12 de Julho de 1994, as Forças Armadas Federais participaram sem constrangimentos em missões internacionais de paz das ONU (www.bundeswehr.de).

Um contingente das Forças Armadas Federais fez parte das tropas de paz multinacionais na Bósnia Herzegovina, que garantiu, primeiro como IFOR (Peace



Implementation Force) com cerca de 60.000 soldados e depois como SFOR (Stabilization Force) na primeira fase com cerca de 36.000 soldados, a concretização dos acordos de paz de Dayton. O mandato do Parlamento alemão para o SFOR previa o envio de até 3.000 soldados. A extensão do contingente geral alemão de 1999 cifrava em cerca de 2.400 soldados. No final de 1999, a situação na Bósnia e Herzegovina permitiu a decisão de uma nova redução das forças da SFOR. Em 2004 a SFOR foi substituída pela EUFOR. Actualmente, a participação alemã contempla 130 soldados de ambos os sexos (Brochüre BMVg, 2000: 28).

O Parlamento alemão aprovou, a 11 de Junho de 1999, o envio de forças militares armadas para o Kosovo, com o fito de assegurar, como parte das tropas de segurança internacionais Kosovo-Force (KFOR), as normas de paz. A 12 de Junho de 1999, o contingente alemão transferiu-se para o Kosovo, assumindo a sua área de responsabilidade, como Brigada Multinacional Sul, no Sudoeste. A participação alemã também se continua a estender na presença internacional de segurança para o Kosovo, disponibilizando soldados das Forças Armadas Federais. Nesta região estão presentemente estacionados 1.530 soldados de ambos os sexos alemães. O COMKFOR é o Tenente General alemão Markus Bentler.

(BMVg, 2000: Contexto informativo sobre as operações militares da comunidade internacional de Estados no Kosovo e sobre a participação das Forças Armadas Federais).

Em todas estas operações foi sempre considerado e respeitado um princípio fundamental dos interesses de segurança alemães: *"Prudência na utilização de meios militares"*.

4.4 Síntese conclusiva

As Forças Armadas Federais da Alemanha reunificada, ou o "Exército da Unificação" como é designado, entraram aos "solavancos" no séc. XXI.

No final dos anos 90, do século passado, constatou-se que estas Forças Armadas deveriam ser sujeitas a uma profunda transformação de modo a, sendo efectuada uma alteração substancial, o seu produto operacional fosse melhorado.



De modo a observar este desiderato procedeu-se a uma categorização das forças e ao levantamento de capacidades militares, a que estas deveriam obedecer.

Se por um lado esta “revolução silenciosa” ocorria, por outro lado a Alemanha continua a crer que deverá participar em operações para gestão de crises, mostrando uma responsabilidade internacional a qual não pode ficar alheia.

Como tal confirmou-se a H3 tendo-se validado a QD3 ou seja perante a questão *“Será que a transformação operada a partir de 2000 adaptou o Exército Alemão aos novos desafios da cena internacional?”* confirmou-se que o mesmo tem atribuído um conjunto de tarefas, responsabilidades e meios que o fazem ser um parceiro conceituado na actual cena internacional.



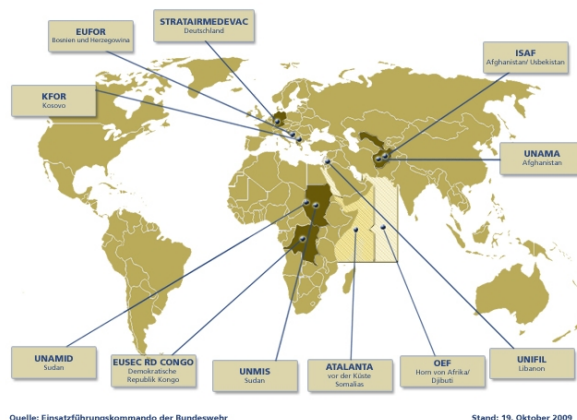
5. Conclusões

Após controvérsias duradouras de política interna e concordâncias obrigatórias com todas as potências vencedoras aliadas da 2ª Guerra Mundial, as Forças Armadas Federais foram reorganizadas em 1956 pelo Governo de Adenauer. A partir daí as Forças Armadas Federais constituíram o instrumento para assuntos políticos militares da Republica Federal Alemã orientadas para a OTAN. A partir deste momento, elas foram consecutivamente confrontadas com adaptações, resultantes de impulsos dramáticos do desenvolvimento tecnológico, provindos de acontecimentos políticos. Esta integração em estruturas de defesa multinacionais e uma nova auto-compreensão definiram o carácter das Forças Armadas Federais até ao colapso do Bloco de Leste. Um inimigo e uma missão claramente definidos contribuíram para um equipamento adequado e aceitação substancial dentro e fora do país. Durante o conflito Este-Oeste, continuamente crescente, a política mundial relacionada com a queda da "Cortina de Ferro" e a consequente reunificação alemã, exigiam contudo uma drástica redução de mais de 50% da inicialmente existente quantidade militares. Consequentemente, isso implicava a redução do pessoal e do legado referente ao equipamento do ENP. Os Exércitos de ambos os Estados alemães encontravam-se ainda em 1989 frente a frente com a missão consequente de aniquilação com uma capacidade de cerca de 495.000 soldados¹ por parte das Forças Armadas Federais, ou seja 173.000 ao serviço do ENP e nas tropas fronteiriças da RDA. Conforme os resultados das negociações do Tratado Dois mais Quatro concluídas em 1990 entre a Alemanha Ocidental, a RDA e as quatro potências aliadas, umas futuras Forças Armadas Federais globais, considerando o final da confrontação de blocos bipolar entre Leste e Oeste, a capacidade total de pessoal não deve exceder os 370.000 homens, após a redução gradual das suas forças militares a partir de 1 de Janeiro de 1995.

Estas definições contratuais são, entretanto, obsoletas, contudo testemunhos de uma restrição existente nessa altura por parte dos Aliados perante todas as Forças Armadas Alemãs. Vinte anos depois do termo das negociações para a reunificação alemã, a capacidade de tropas exigidas ao longo do tempo, após diversas regras reformadoras e a transformação, foi reduzida para 232.500 soldados de ambos os sexos. A dedicação à

reforma prestada pelo Ministério Federal da Defesa e pelo respectivo Governo Federal deverá ser avaliada com vista à transformação política mundial e à política exterior alemã.

A política de segurança e defesa alemã continuará a ser caracterizada pela estreita colaboração com a Aliança do Atlântico Norte e com a União Europeia. Bem cimentadas a estas estruturas transatlânticas e europeias, as Forças Armadas Federais irão participar como parceiro idóneo da Aliança no espectro integral de missões da Aliança. Além disso, as Forças Armadas Federais também apoiam as NU, a Organização para a Segurança e Cooperação Europeia, bem como as organizações internacionais na salvaguarda das suas missões. Futuramente, a prevenção de crises, a redução de conflitos, bem como a parceria e a cooperação, em especial em organizações multinacionais, irão desempenhar um papel importante. Vide a propósito a figura supra sobre a deslocação actual dos soldados alemães (aprox. 9000) em operações a nível mundial.



Para que as Forças Armadas Federais possam continuar a levar a cabo as suas missões, exige-se forças de combate mais modernas com um alto grau de mobilidade e flexibilidade. A presença e a capacidade operacional deverão ser modeladas consoante a situação. Isto é possível, meramente através do processo de transformação iniciado contínuo.

Seguramente, que as Forças Armadas Federais de 2010 não são as Forças Armadas Federais de 1990. O motivo não foi propriamente a "fusão" dos dois Exércitos alemães.

Por outro lado, pode-se dizer que o ENP não possuía, nem possui, qualquer influência sobre as actuais Forças Armadas. Como enunciado, nem o "espírito" nem a "ideologia" do ENP foram absorvidos.

Tudo o que se podia aproveitar foi aceite, o restante foi eliminado/dissolvido, abandonado/demitido.



"Era o orgulho de um Exército, entrar ordenada e disciplinadamente, ou transferir-se, ou dissolver-se. Importante era concluir a sua história".³⁰

Perante a Questão Central, referida no início e que norteou todo este trabalho, "Será que o Exército Nacional Popular da RDA e o Exército de RFA se fundiram um "novo" Exército, o qual, fruto dessa fusão e das reestruturações operadas nos últimos anos cumpre cabalmente as missões que lhe estão atribuídas?" estamos em condições que mencionar que:

- De facto o "Exército da Unificação" poderá ser considerado um "novo" Exército e onde se aproveitou o de melhor de ambos os seus antecessores;
- No actual momento, fruto do actual processo de transformação em curso, o Exército Alemão cumpre cabalmente as missões que lhe estão atribuídas.

³⁰ Citação de Egon Bahr (Gießmann, 1992: 10)



Bibliografia

Bundesminister der Verteidigung: *Weißbuch 2006 zur Sicherheitspolitik Deutschlands und zur Zukunft der Bundeswehr*; Berlin 25.10.2006.

Bundesminister der Verteidigung, Fü S VI 2 – Az 09-02-04/VS-NfD v. 09.08.2004: *Grundzüge der Konzeption der Bundeswehr*.

Bundesminister der Verteidigung: *Die Bundeswehr sicher ins 21. Jahrhundert / Eckpfeiler für eine Erneuerung von Grund auf*, Berlin 14.06.2000.

Bundesminister der Verteidigung: *Verteidigungspolitische Richtlinien*, Berlin 21.05.2003.

Bundesminister der Verteidigung, Fü S v. 01.12.2006: *Infomappe: Die Streitkräftebasis*.

Bundesminister der Verteidigung, Fü S VI 2 – Az 09-10-10/VS-NfD v. 01.03.2004: *Weisung zur Weiterentwicklung der Streitkräfte (WWS)*.

Bundesminister der Verteidigung, *Konzeptionellen Leitlinien zur Bundeswehrplanung*, Bonn 8. Juli 1994.

Bundesminister der Verteidigung, *Hintergrundinformationen zum Einsatz der internationalen Staatengemeinschaft im Kosovo und zur Beteiligung der Bundeswehr*, Bonn 2000.

Bundesminister der Verteidigung, Presse und Informationsstab, *Armee der Einheit 1990 – 2000*, Bonn 2000.



Bredow, Wilfried von, *Die Zukunft der Bundeswehr. Gesellschaft und Streitkräfte im Wandel*, Opladen 1995.

Bredow, Wilfried von, *Die neue Bundeswehr. Von der Abschreckung und Verteidigung im Bündnis zur multilateralen Deeskalations-Streitmacht*, in: Politische Bildung, Nr. 34, S. 38 – 49, 2001.

Deutscher Bundestag (Hrsg.), *Fragen an die deutsche Geschichte: Weg zur parlamentarischen Demokratie*, Bonn 2000.

Erbe, Jürgen (Hrsg.), *Das Bundesamt für Wehrtechnik und Beschaffung und seine Aufgaben*, 1998.

Ehlert, Hans (Hrsg.), *Armee ohne Zukunft – Das Ende der NVA und die deutsche Einheit*, Berlin 2002.

Farwick, Dieter (Hrsg.), *Ein Staat – Eine Armee. Von der NVA zur Bundeswehr*, Frankfurt am Main/Bonn 1992.

Führungsakademie der Bundeswehr - Fachbereich Sicherheitspolitik und Strategie, *Reader Sicherheitspolitik*, Hamburg 2009.

Gießmann, Hans-Joachim, *Das unliebsame Ende. Die Auflösung der Militärstruktur der DDR*, Baden-Baden 1992.

Hammerich, Helmut R., Poppe Michael, Kollmer Dieter H., Rink Martin, Schlaffer Rudolf, *Das Heer 1950 bis 1970*, Oldenburg 2006.

Heydrich, Wolfgang (Hrsg.), *Die Bundeswehr am Beginn einer neuen Epoche. Anforderungen an die Streitkräfte und ihre rüstungsindustrielle Basis*, Baden-Baden 1996.

Isaacs, Jeremy, Dowing Taylor, *Der Kalte Krieg: Eine illustrierte Geschichte 1945 – 1990*, München 2001.

Jacobsen, Hans Adolf, *Die Bundeswehr der neunziger Jahre vor neuen Herausforderungen*, in : Aus Politik und Zeitgeschichte, Nr. 18, S. 32 – 45, 1991.

Kirchbach, Hans Peter von, *Abenteuer Einheit. Zum Aufbau der Bundeswehr in den neuen Ländern*, Frankfurt am Main 1992.

Kirchbach, Hans Peter von, *Mit Herz und Hand. Soldaten zwischen Oder und Elbe*, Frankfurt am Main 1998.



Kohl, Helmut, *Erinnerungen 1990 – 1994*, München 2007.

Knabe, Frithjof H., *Unter der Flagge des Gegners. Wertewandel im Umbruch in den Streitkräften – von der NVA zur Bundeswehr*, Opladen 1994.

Nauman, Klaus, *Die Bundeswehr in einer Welt im Umbruch*, Berlin 1994.

Nägler, Frank, *Die Bundeswehr 1955 bis 2005. Rückblenden - Einsichten – Perspektiven*, Oldenbourg 2007.

Neugebauer, Karl-Volker; *Grundzüge der deutschen Militärgeschichte, Band 1*, Freiburg 1993.

Neugebauer, Karl-Volker; *Grundzüge der deutschen Militärgeschichte, Band 2*, Freiburg 1993.

Rede Bundesminister der Verteidigung, Dr. Franz Josef JUNG: „*Den Wandel der Bundeswehr gemeinsam erfolgreich gestalten*“, FÜAkBw HH am 25.01.2006.

Schönbohm, Jörg, *Zwei Armeen und ein Vaterland. Das Ende der Nationalen Volksarmee*, Berlin 1992.

Schmidt, Hans-Jürgen: *Wir tragen den Adler des Bundes am Rock - Chronik des Bundesgrenzschutzes 1951 – 1971*, Coburg 1995.

Thoss, Bruno (Hrsg.), *Vom Kalten Krieg zur deutschen Einheit: Analysen und Zeitzeugenberichte zur deutschen Militärgeschichte 1945 bis 1995*, München 1995.

Woyke, Wichard, *Ost-West-Konflikt: Handwörterbuch Internationaler Politik*, Lizenzausgabe für die Bundeszentrale für politische Bildung, Bonn 1998.

Zeitschrift Behörden Spiegel, Interview mit Vizeadmiral Kühn: *Bilanz und Aufgaben der Streitkräftebasis*; Bonn am 13.03.2008.



Sítios da Internet

“Die Streitkräftebasis”, disponível na internet em: www.streitkraeftebasis.de

“Die Bundeswehr”, disponível na internet em: www.bundeswehr.de

„Verfassung der Deutschen Demokratischen Republik“, 1968, disponível na internet em: www.kas.de/upload/dokumente/DDRMythen/verfassung.pdf

„Verhandlungen der deutschen verfassunggebenden Reichsversammlung zu Frankfurt am Main“ vom 1848, disponível na internet em: www.archive.org/details/verhandlungende01hasgoog

Görtemaker, Manfred, *Verhandlungen mit den Vier Mächten – Der Weg zur deutschen Einheit*, Bundeszentrale für politische Bildung, 2009, disponível na internet em: www.bpb.de/themen/9VUO61,1,0,Verhandlungen_mit_den_Vier_M%E4chten.html